

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores clientes e acionistas,

A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, os quais foram elaborados em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"),

consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF").

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 34.423 mil, correspondente a R\$ 2,70 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido de 15,09%.

A Corretora adota a apuração dos limites operacionais e de Basileia tomando como base os dados consolidados do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch ("Conglomerado"). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado, apurado de acordo com a regulamentação em vigor, é de 16,73%.

O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de Risco de Crédito, Risco Operacional, Risco de Liquidez, Risco de Mercado e Gerenciamento de Capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no *website* do Banco: <http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>.

São Paulo, 26 de março de 2018.

A Diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em milhares de Reais)

ATIVO	2017		2016		PASSIVO	2017		2016	
	2017	2016	2016	2017		2016	2017	2016	
<b>Circulante</b>	<b>387.683</b>	<b>876.950</b>	<b>387.683</b>	<b>876.950</b>	<b>Circulante</b>	<b>163.461</b>	<b>163.461</b>	<b>693.096</b>	<b>693.096</b>
Disponibilidades	215	447	215	447	Outras obrigações	163.461	163.461	693.096	693.096
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)	244.878	175.089	244.878	175.089	Sociais e estatutárias (Nota 8)	10.898	10.898	15.129	15.129
Aplicações em depósitos interfinanceiros	244.878	175.089	244.878	175.089	Fiscais e previdenciárias (Nota 9)	28.717	28.717	22.156	22.156
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	15.331	45.250	15.331	45.250	Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	103.634	103.634	640.190	640.190
Carteira própria	174	12.182	174	12.182	Diversas (Nota 10)	20.212	20.212	15.621	15.621
Vinculados à prestação de garantia	15.157	33.068	15.157	33.068	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>13.485</b>	<b>13.485</b>	<b>12.705</b>	<b>12.705</b>
Outros créditos	127.180	655.999	127.180	655.999	Outras obrigações (Nota 9)	13.485	13.485	12.705	12.705
Negociação e intermediação de valores (Nota 6)	105.008	642.238	105.008	642.238	Fiscais e previdenciárias (Nota 11)	228.126	228.126	192.349	192.349
Rendas a receber	13	9	13	9	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>110.535</b>	<b>110.535</b>	<b>100.000</b>	<b>100.000</b>
Diversos (Nota 7)	22.159	13.752	22.159	13.752	Capital:	110.535	110.535	100.000	100.000
Outros valores e bens	79	165	79	165	De domiciliados no exterior	110.535	110.535	100.000	100.000
Despesas antecipadas	79	165	79	165	Reservas de lucros	117.591	117.591	92.349	92.349
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>17.389</b>	<b>21.200</b>	<b>17.389</b>	<b>21.200</b>	<b>TOTAL</b>	<b>405.072</b>	<b>405.072</b>	<b>898.150</b>	<b>898.150</b>
Outros créditos	17.241	21.200	17.241	21.200					
Diversos (Nota 7)	17.241	21.200	17.241	21.200					
Outros valores e bens	148	-	148	-					
Despesas antecipadas	148	-	148	-					
<b>TOTAL</b>	<b>405.072</b>	<b>898.150</b>	<b>405.072</b>	<b>898.150</b>					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em milhares de Reais)

	Capital Social			Reservas de Lucros					Lucros Acumulados	Total
	Capital	Aumento de Capital	Reserva para Incentivos Fiscais	Legal	Estatutária	Especiais	Total			
								Capital		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>100.000</b>	-	<b>413</b>	<b>20.000</b>	<b>32.455</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>172.190</b>	<b>172.190</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19.467	19.467	19.467
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R\$ 0,36 por ação (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(4.867)	(4.867)	(4.867)
Reservas estatutárias (Nota 11)	-	-	-	-	20.159	-	-	(14.600)	5.559	5.559
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>100.000</b>	-	<b>413</b>	<b>20.000</b>	<b>52.614</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>192.349</b>	<b>192.349</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	34.423	34.423	34.423
Reserva legal	-	-	-	1.721	-	-	-	(1.721)	-	-
Aumento de capital (Nota 11)	-	10.535	-	-	-	-	-	-	10.535	10,535
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R\$ 1,10 por ação (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(14.047)	(14.047)	(14,047)
Reservas estatutárias (Nota 11)	-	-	-	-	23.521	-	-	(18.655)	4.866	4,866
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.000</b>	<b>10.535</b>	<b>413</b>	<b>21.721</b>	<b>76.135</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>228.126</b>	<b>228.126</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2017</b>	<b>100.000</b>	-	<b>413</b>	<b>20.000</b>	<b>57.480</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>17.607</b>	<b>214.822</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	16.816	16.816	16,816
Reserva legal	-	-	-	1.721	-	-	-	(1.721)	-	-
Aumento de capital (Nota 11)	-	10.535	-	-	-	-	-	-	10.535	10,535
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R\$ 1,10 por ação (Nota 11)	-	-	-	-	-	-	-	(14.047)	(14.047)	(14,047)
Reservas estatutárias	-	-	-	-	18.655	-	-	(18.655)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>100.000</b>	<b>10.535</b>	<b>413</b>	<b>21.721</b>	<b>76.135</b>	<b>19.322</b>	-	-	<b>228.126</b>	<b>228.126</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

As suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de entidades que atuam integradamente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

Em 30 de novembro de 2016, a Corretora, que era controlada direta do Banco, foi vendida integralmente. A totalidade da participação (99,9954%) do Banco na Corretora foi vendida para a BofAML EMEA Holdings 2 Limited (BofAML EMEA Holdings II), sociedade constituída em Jersey e parte relacionada, pelo valor correspondente a 99,9954% do valor patrimonial da Corretora, conforme saldos registrados naquela data.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão das Demonstrações Contábeis - homologado pela Resolução CMN nº 4.524/16;
- (c) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (d) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16;
- (e) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (f) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (g) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (h) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (i) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (j) CPC 27 - Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16;
- (k) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pelo Comitê de Auditoria, em 26 de março de 2018.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1.** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Corretora.

**3.2.** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.

**3.3.** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

**3.4.** As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

**3.5.** As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

**3.6.** A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 20%. A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

**3.7.** A Corretora adotou o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado

em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações no período foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela administração considerando a expectativa futura de sua realização.

**3.8.** De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para negociação", considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

**3.9.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

**3.10.** Outros ativos e passivos  
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

**3.11.** Transações envolvendo pagamento em ações  
Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgadas pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

**3.12.** Benefícios a empregados  
Tratam-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período. Benefícios pós emprego: aposentadoria e outros benefícios como seguro de vida e assistência saúde pós emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido seus benefícios pós emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as remensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

A Corretora determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício e esta é usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 10.

**4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

As "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" são representadas da seguinte forma:

	2017		2016	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	244.929	244.878	175.178	175.089
<b>Total</b>	<b>244.929</b>	<b>244.878</b>	<b>175.178</b>	<b>175.089</b>
<b>Circulante</b>	<b>244.878</b>	<b>244.878</b>	<b>175.089</b>	<b>175.089</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DO SEMESTRE FINDO 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em milhares de Reais)

	2º Semestre		2017	2016
	2017	2016		
<b>Receitas da intermediação financeira</b> (Nota 13)	<b>9.530</b>	<b>21.472</b>	<b>25.600</b>	
Resultado com títulos e valores mobiliários	9.530	21.472	25.600	
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<b>9.530</b>	<b>21.472</b>	<b>25.600</b>	
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<b>9.244</b>	<b>29.310</b>	<b>9.689</b>	
Receitas de prestação de serviços (Nota 14)	68.732	148.560	126.021	
Despesas de pessoal (Nota 15)	(13.812)	(28.750)	(30.397)	
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(37.750)	(73.690)	(71.301)	
Despesas tributárias (Nota 17)	(7.206)	(15.509)	(13.833)	
Outras receitas operacionais	744	1.351	5.764	
Outras despesas operacionais	(1.464)	(2.652)	(6.565)	
<b>Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro</b>	<b>18.774</b>	<b>50.782</b>	<b>35.289</b>	
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> (Nota 7)	<b>(1.958)</b>	<b>(16.359)</b>	<b>(15.822)</b>	
Provisão para imposto de renda	(2.666)	(9.395)	(9.099)	
Provisão para contribuição social	(2.348)	(7.741)		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**  
 (em milhares de Reais)

**6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIÇÃO DE VALORES**

Os saldos dessas contas classificadas em "outros créditos", no ativo circulante, e "outras obrigações", no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	2017	2016
<b>Ativo</b>		
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação	105.008	351.002
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros	-	291.236
<b>Total</b>	<b>105.008</b>	<b>642.238</b>
<b>Passivo</b>		
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação	103.634	348.693
Passivos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros	-	291.497
<b>Total</b>	<b>103.634</b>	<b>640.190</b>

**7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS**

	2017	2016
Depósitos judiciais em garantia (1) (Nota 12)	17.206	16.355
Créditos tributários (2)	12.590	11.813
Imposto de renda e contribuições a compensar	9.467	6.573
Adiantamentos e antecipações salariais	136	140
Outros	1	71
<b>Total</b>	<b>39.400</b>	<b>34.952</b>
<b>Circulante</b>	<b>22.159</b>	<b>13.752</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>17.241</b>	<b>21.200</b>

(1) Os "depósitos judiciais em garantia" vinculados aos processos tributários são decorrentes de exigências legais para a interposição de recursos relativos às discussões existentes. Dentre os principais depósitos, destacamos os efetuados para garantia das teses de: (i) PIS e Cofins Lei nº 9.718/98 - R\$ 17.116 (R\$ 16.070 em 2016); (ii) ISS sobre receita de corretagem - R\$ 195 em 2016 e (iii) outros - R\$ 90 (R\$ 90 em 2016). Com base na evolução dos processos contingentes em discussão, ocorrida no segundo semestre de 2016, a Corretora passou a reconhecer atualização monetária dos juros sobre os depósitos judiciais. Em 2017 foram reconhecidos R\$ 1.351 em "outras receitas operacionais".

(2) Créditos tributários de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL), constituídos com base nas alíquotas vigentes e calculados sobre os ajustes temporários.

**(a) Demonstração do cálculo dos encargos com Imposto de Renda e Contribuição Social**

	2017		2016	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	50.782	50.782	35.289	35.289
Juros sobre capital próprio	(14.047)	(14.047)	-	-
Ajustes temporários (1)	425	425	(4.373)	(4.373)
Outros ajustes permanentes	655	340	-	-
<b>Resultado antes do IRPJ, CSLL e JCP</b>	<b>37.815</b>	<b>37.500</b>	<b>30.916</b>	<b>30.916</b>
Alíquotas (2)	25%	20%	25%	20%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(9.430)</b>	<b>(7.500)</b>	<b>(7.705)</b>	<b>(6.183)</b>
Ajustes exercícios anteriores	(58)	(37)	-	-
Incentivos Fiscais (FUMCAD, Rouanet, e PAT)	349	-	34	-
Passivo fiscal diferido	(256)	(204)	(1.428)	(1.142)
Ativo fiscal diferido	432	345	334	268
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(8.963)</b>	<b>(7.396)</b>	<b>(8.765)</b>	<b>(7.057)</b>

(1) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

(2) A Lei nº 13.169 elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018 para instituições financeiras.

**(b) Movimentação dos créditos tributários no semestre**

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Dezembro/17
Contingências fiscais	3.182	(39)	228	3.371
Outras provisões (1)	3.417	(4.371)	4.614	3.660
<b>Total</b>	<b>6.599</b>	<b>(4.410)</b>	<b>4.842</b>	<b>7.031</b>

	Crédito tributário diferido ativo - IRPJ			
	Dezembro/15	Realização	Constituição	Dezembro/16
Contingências fiscais	2.155	-	1.027	3.182
Outras provisões (1)	4.110	(3.739)	3.046	3.417
<b>Total</b>	<b>6.265</b>	<b>(3.739)</b>	<b>4.074</b>	<b>6.599</b>

	Crédito tributário diferido ativo - CSLL			
	Dezembro/16	Realização	Constituição	Dezembro/17
Contingências fiscais	2.481	-	245	2.726
Outras provisões (1)	2.733	(3.497)	3.597	2.833
<b>Total</b>	<b>5.214</b>	<b>(3.497)</b>	<b>3.842</b>	<b>5.559</b>

(1) Compostas, substancialmente, por outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 8).

**(c) Expectativa de realização**

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2017 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por exercício	Valor presente dos créditos tributários
2018	12.557	11.746
2020	33	28
<b>Total</b>	<b>12.590</b>	<b>11.774</b>

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

**(d) Obrigações fiscais diferidas**

	Dezembro/16			
	Realização	Constituição	Dezembro/17	
Marcação a mercado	11	(127)	116	-
Juros sobre depósitos judiciais	2.571	-	471	3.042
<b>Total (Nota 9)</b>	<b>2.582</b>	<b>(127)</b>	<b>587</b>	<b>3.042</b>

	Dezembro/15			
	Realização	Constituição	Dezembro/16	
Marcação a mercado	12	(76)	75	11
Juros sobre depósitos judiciais	-	-	2.571	2.571
<b>Total (Nota 9)</b>	<b>12</b>	<b>(76)</b>	<b>2.646</b>	<b>2.582</b>

**8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

	2017	2016
Programa de participação nos resultados	6.848	6.987
Outras obrigações sociais e estatutárias	13	4.880
Programa de participação nos resultados baseada em ações (1)	4.037	3.262
<b>Total</b>	<b>10.898</b>	<b>15.129</b>
<b>Circulante</b>	<b>10.898</b>	<b>15.129</b>

(1) Planos de remuneração baseados em ações.

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de deferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2017 ou 2016.

**9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

	2017	2016
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	16.579	13.854
Provisão para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 12.b)	13.485	12.705
Impostos e contribuições a recolher	9.096	5.720
Obrigações fiscais diferidas (Nota 7.d)	3.042	2.582
<b>Total</b>	<b>42.202</b>	<b>34.861</b>
<b>Circulante</b>	<b>28.717</b>	<b>22.156</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>13.485</b>	<b>12.705</b>

**10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS**

	2017	2016
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	19.324	14.589
Provisão para pagamentos a efetuar	801	1.032
Passivos atuariais (2)	87	-
<b>Total</b>	<b>20.212</b>	<b>15.621</b>
<b>Circulante</b>	<b>20.212</b>	<b>15.621</b>

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais com o Banco, que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas".

(2) Benefícios pós emprego: Os valores reconhecidos no resultado do período foram de R\$ 87 e seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos.

**I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial**

**i. Critério para apuração dos ativos** - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pela Corretora conforme sua ocorrência.

**ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial** - Inflação + 5.65% a.a. = 9,88% a.a.

**iii. Taxa anual de inflação de longo prazo** - 4,00% a.a.

**iv. Crescimento dos custos médicos** - Inflação + 3,00% a.a. = 7,12% a.a.

**v. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento** - 3,00% a.a.

**vi. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados** - 100%

**vii. Tábua de mortalidade geral** - AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo. A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que a Corretora mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

**viii. Rotatividade** - Experiência interna.

A rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora, elegíveis aos benefícios pós emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

**ix. Idade na data de aposentadoria** - 60 anos de idade.

**x. Método atuarial** - Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

**II - Exposição a riscos**

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos à seguir:

- Risco de inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial e despesas mais relevantes;

- Expectativa de vida: Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos e das despesas.

**III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial**

	Passivo atuarial
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-
Obrigação de benefício definido	87
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>87</b>

**IV - Sensibilidade da obrigação de benefício definido**

O impacto, pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	15 Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	(13) Reversão do passivo e da despesa

O impacto, pela alteração da premissa taxa de custos médicos em 0,5%, que seria reconhecido no passivo atuarial bem como no Resultado da Corretora (antes de impostos) seria de:

Alteração da premissa	Efeito no passivo atuarial e no resultado
- Redução de 0,5%	(13) Aumento do passivo e da despesa
- Acréscimo de 0,5%	16 Reversão do passivo e da despesa

**11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 29 de abril de 2016, a Administração deliberou a destinação dos R\$ 5.559 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2015 para a conta "reservas de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital. Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária de 28 de abril de 2017, a Administração deliberou a destinação dos R\$ 4.866 referentes aos dividendos mínimos obrigatórios de 2016 para a conta "reservas de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, a Corretora efetuou a provisão da remuneração do capital próprio aos acionistas, calculada sobre as contas de patrimônio líquido, com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante de R\$ 14.047. O impacto fiscal reconhecido no resultado decorrente da dedutibilidade dos juros sobre o capital próprio foi de R\$ 6.321.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da Corretora no valor de R\$ 10.535 mediante a capitalização dos Juros sobre Capital Próprio do exercício de 2017, após a retenção dos impostos retidos na fonte, declarados aos acionistas naquela data. Este ato encontra-se em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

**12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS**

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

**(a) Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

**(b) Provisões constituídas:**

	2017	2016
Depósitos judiciais (Nota 7)	17.206	16.355
Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9)	13.485	12.705
<b>Movimentação dos saldos patrimoniais</b>		
	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Obrigações legais e outros passivos contingentes	12.705	8.593
Constituições	780	4.112
<b>Saldo final</b>	<b>13.485</b>	<b>12.705</b>

Com base na evolução das questões judiciais em discussão no decorrer de 2016, a Corretora passou a reconhecer atualização monetária sobre os depósitos judiciais e a respectiva atualização das obrigações legais e outros passivos contingentes. Durante 2017 foram reconhecidos R\$ 780 em "outras despesas operacionais".

**(b.1) Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**

A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

**(b.1.1) Obrigações legais**

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Com base em estimativas realizadas pelos advogados externos, a finalização da causa está prevista para ocorrer até dezembro de 2018. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

**(b.1.2) Passivos contingentes**

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 71.368 (R\$ 54.101 em 2016) que envolvem as seguintes discussões: (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3, no valor de R\$ 35.442 (R\$ 33.545 em 2016); e (ii) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 35.926 (R\$ 20.556 em 2016).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

**13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18.b)	18.958	20.634
Rendas de títulos e valores mobiliários	2.702	5.745
Perdas líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(198)	(779)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	10	-
<b>Total</b>	<b>21.472</b>	<b>25.600</b>

**14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Receitas de corretagens	148.560	126.021
<b>Total</b>	<b>148.560</b>	<b>126.021</b>

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

**15. DESPESA DE PESSOAL**

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2017	2016
Remuneração direta	(20.047)	(21.324)
Custos previdenciários	(6.723)	(7.645)
Benefícios	(1.955)	(1.369)
Outras despesas de pessoal		

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016**

(em milhares de Reais)

de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch encontra-se disponível ao público.

**Risco de Mercado:** A estrutura local do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.365/07, do Bacen. O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch dispõe de relatórios e políticas que atendem aos aspectos requeridos pelo Bacen e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações

classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios.

**Risco de Liquidez:** O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de *estresse* contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros.

**19.4.** A partir de 31 de dezembro de 2012, foi implementada a estrutura de Gestão de Capital do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, que consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do CMN, Resolução nº 3.988/11. A estrutura de gestão de capital fornece uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. Essas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico do Banco (Nota 19.5).

**19.5.** As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

**19.6.** Em atendimento às Resoluções 4.433/2015 e 4.567/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 866 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

**DIRETORIA**

RICARDO KENJI MUKAI  
Contador – 1SP233986/O-8

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes

assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição.
- Avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 26 de março de 2018.

**O Comitê de Auditoria**

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas

**Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários**

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e

executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Emerson Laerte da Silva  
Contador CRC 1SP171089/O-3